

APRESENTAÇÃO

Neste mês de março de 2026, enquanto escrevemos esta apresentação do número 74 de nossa revista, o mundo experiencia, num grau certamente inédito desde o fim da Segunda Grande Guerra, uma situação de incerteza que se alastra em múltiplas dimensões, todas vitais para os destinos da sociedade humana — catástrofe ambiental, turbulência econômica, anomia social, ameaça tecnológica, belicismo exacerbado, perigo nuclear. Dadas algumas figuras bizarras hoje no comando do poder global, a começar pelo presidente americano Donald Trump, é enorme a tentação de “fulanizar a história” (a expressão é de Roberto Schwarz). Qualquer analista, porém, que acompanhe minimamente o andamento da conjuntura geopolítica e socioeconômica mundial das últimas décadas, sabe perfeitamente que o problema não começa aí, e tampouco aí termina.

Por trás das engrenagens visíveis das tensões sociais, dos conflitos armados, do imperialismo despudorado, por trás do cenário alarmante dos eventos climáticos extremos, da xenofobia crescente e do fantasma nuclear, pulsa um modo de vida extremamente dinâmico do ponto de vista material, e ao mesmo tempo geneticamente predatório, capaz de destruir a própria vida humana no planeta. A lógica capitalista que comanda hoje a reprodução material da sociedade em praticamente todo o globo vai produzindo de forma crescente, em seu movimento cego, assincronias e assimetrias responsáveis pelo cenário desolador que hoje nos cerca.

Foi a economia política clássica (Adam Smith, David Ricardo, Stuart Mill) que tentou dissecar esse modo de vida e extrair dele suas leis. Foi

Marx quem descobriu sua essência fetichizada e sua capacidade sem fim de gerar contradições e desequilíbrios. O presente número desta *Revista da SEP* evidencia de maneira exemplar esse poder inesgotável da lógica do capital. Formas renovadas de acumulação primitiva, financeirização, rentismo modernizado, fetiche ainda mais intenso na relação capital/trabalho, são alguns dos elementos que despontam nos trabalhos aqui reunidos.

No primeiro artigo, Luiza Almeida mostra como, apesar de elevada à condição de patrimônio da humanidade, a região amazônica segue sendo tratada como nova fronteira de acumulação. A partir de três eixos de análise (a inserção subordinada da Amazônia no mercado mundial, os impasses da questão agrária brasileira em sua relação com o avanço da fronteira agropecuária e a conversão da floresta em ativo financeiro — mercado de carbono etc.), a Amazônia surge como chave interpretativa a desvelar a continuidade histórica de dinâmicas neocoloniais e expropriadoras, as quais aprofundam as assimetrias entre o Norte e o Sul Global.

A permanência da contraditória relação centro-periferia, que vai ganhando, a cada ciclo, nova roupagem, acusa a crescente importância de refletir sobre, e buscando renová-la, a teoria da dependência, a exemplo de Barbara Stallings em livro publicado pela Cambridge University Press (*Dependency in the Twenty-First Century?*), e resenhado por Igor Arcos. Como mostra a resenha, para a autora, a dependência continua bastante útil enquanto ferramenta analítica a fim de se entender as novas configurações do sistema internacional.

Compreender o passado dessas relações em países como o Brasil, ancorado desde o início como apêndice do sistema que se consolidava na Europa, é também de fundamental importância para melhor descortinar o cenário de hoje. Em livro resenhado por Filipe Gonçalves (*Quincas Borba: romance da modernização tardia*), seu autor, Rogério Cordeiro, professor titular de Literatura Brasileira na UFMG, aponta a percepção acurada e absolutamente precoce de nosso maior escritor, Machado de Assis, justamente sobre o processo de desenvolvimento da economia capitalista em ambiente periférico.

Nesse sentido, *Quincas Borba*, o segundo romance da dita segunda fase de Machado, propiciaria a análise, nas palavras de Cordeiro destacadas pelo resenhista, “dos transtornos inerentes à inserção do país na corrente de modernização capitalista que se espalhou na segunda metade do século XIX”.

Expropriação e subordinação de povos, classes e regiões, fazem parte, portanto, da história do capitalismo desde seu início, com o monopólio da propriedade, assevera Marx, no centro desses processos. No segundo artigo, Elohá Brito e André Viana procedem a uma crítica bem fundamentada da assim chamada “curva sorriso”, a qual consiste na representação gráfica da capacidade de agregação de valor das atividades que integram as cadeias globais de valor (CGV). O maior valor apropriado nas etapas pré e pós-produção (atividades intangíveis, como inovação/P&D, gestão de marcas, cadeia de fornecedores, distribuição, suporte pós-venda, propaganda), frente ao valor mais baixo capturado nas etapas da produção propriamente dita (atividades tangíveis, como manufatura, montagem, embalagem, e serviços a elas integrados), desenha o formato de sorriso da citada curva. Corretamente optando pela conceituação envolvida na versão original da curva (trata-se de apropriação e não de criação de valor), demonstram os autores que a transformação de parte dos serviços de maior valor adicionado em monopólios (ou quase monopólios) que propiciam rendas, torna inadequada a discussão sobre a capacidade de agregação de valor e elevada produtividade das atividades que se encontram nas extremidades da curva. Segundo eles, essa nova sorte de rentismo produzido pelo capitalismo contemporâneo foi ocasionada pela evolução tecnológica — que transformou em propriedade privada o conhecimento científico — e institucional, a qual veio conferindo importância cada vez maior às marcas. Para o desenvolvimento de economias periféricas, concluem os autores, isso não significa que tais atividades não sejam importantes, mas convém reconhecer a dificuldade trazida pelo fato de não serem nacionais os setores mais dinâmicos das CGV.

O destino das economias periféricas não está preso apenas à dinâmica propriamente econômica do processo de acumulação, tal como expresso pela força crescente dos movimentos de centralização de capital e de formação de grandes corporações, as quais monopolizam globalmente elementos essenciais à produção de bens e serviços. Decisões que implicam escolhas políticas de governos locais também têm papel destacado. No terceiro artigo, Vinícius Brandão e Carmem Feijó ponderam quanto, ao deslocar o foco da política econômica para a consolidação fiscal e a estabilização de preços, o avanço das políticas de cunho liberal na economia brasileira entre as décadas de 1980 e 2010 contribuiu para a queda continuada da formação bruta de capital fixo, sobretudo do investimento público, com reflexos negativos no nível de emprego. Com a adoção, em 1999, do chamado tripé macroeconômico (regime de metas de inflação, resultado primário positivo nas contas públicas e câmbio flexível), argumentam eles, o novo viés da política econômica foi definitivamente institucionalizado, com a primazia da financeirização, tornando a economia brasileira cada vez mais dependente de ciclos positivos de exportação de *commodities*. Vale observar que tal situação, apontada por Brandão e Feijó, confere sentido à ideia, defendida por alguns autores, segundo a qual, do ponto de vista da divisão internacional do trabalho, o Brasil regrediu à sua posição pré-1930, voltando a ser essencialmente uma economia centrada na produção de bens de baixo valor agregado, com grande peso das atividades extrativas a dilapidar os recursos naturais do país — já exemplificado, no que se refere à Amazônia, pelo artigo de Luiza Almeida.

Permanecendo em sua condição periférica, nosso país vai experimentando também os reflexos de transformações em curso no sistema mundial, as quais se apresentam aqui de forma mais acentuada. No quarto artigo, Daniel Ferrer debate como, em pleno século XXI, com desenvolvimentos tecnológicos impensáveis poucas décadas atrás, a mais-valia absoluta continua fundamental na dinâmica da acumulação. Para tanto, a partir dos fundamentos teóricos da teoria marxista e da análise de escalas e cálculos de horas-relógio e horas legais, Ferrer examina a persistência no país das

estratégias empresariais de ampliação da jornada de trabalho e de compressão do valor da força de trabalho. Para ele, o capital contemporâneo não abandonou essa forma, digamos assim “primitiva”, de extração de valor excedente; ele a sofisticou, dissimulando-a sob a capa da flexibilidade e da autonomia contratual.

Tal sofisticação é tendência mundialmente disseminada, sendo perceptível inclusive na China, país, em princípio, “socialista”, mas que vem assumindo, como se sabe, o protagonismo na dinâmica capitalista global. Isabela Nogueira, Cassiano Schwantes e Alexis Saludjian elencam, no quinto artigo, as lutas e formas de mobilização dos trabalhadores urbanos chineses, no intuito de mostrar que, nos bastidores dos movimentos recentes, encontram-se mudanças na própria forma de constituição da classe trabalhadora chinesa, que transitou, conforme a análise, de uma forma semiproletarizada para a precarização neoliberal. Assim, apesar dos aumentos de salários observados nos últimos quinze anos, novas formas de precarização do trabalho despontam na China. Para os autores, tal como no restante do mundo, a precarização neoliberal chinesa é caracterizada por um modo de controle do trabalho internalizado pelo trabalhador, produzindo uma forma de autodisciplina alinhada aos imperativos do capital e em contraste com as formas anteriores (de controle direto e disciplina) exercidas pelas empresas e pelo Estado. Também lá, finalizam os autores, a luta por melhoria nas condições trabalhistas vai paulatinamente abandonando sua condição de construção coletiva de classe e assumindo o caráter estritamente individual de petições judicializadas.

A questão das transformações agudas nas relações capital/trabalho é tema de discussão já há algumas décadas. Enfocando sobretudo a revolução tecnológica recente, hoje sintetizada na expressão capitalismo 4.0, ou, mais restritamente, indústria 4.0 (computação em nuvem, inteligência artificial, robótica, internet das coisas etc.), a interpretação de tais transformações popularizou conclusões acerca da diminuição paulatina da importância do trabalho nos processos produtivos e, no limite, da demanda mesma por

trabalho. As peripécias do capital brasileiro para burlar as precárias formas de controle da jornada de trabalho de que dispomos parecem, como visto no artigo de Ferrer, desmentir tais diagnósticos. Também parece ir de encontro a eles a precarização neoliberal da força de trabalho na China, consoante o artigo de Nogueira, Schwantes e Saludjian. A última resenha, assinada por Vinícius de Oliveira Santos, discute exatamente esse ponto. Em livro originalmente de 2020, mas publicado aqui no Brasil no ano passado (*Automação e o futuro do trabalho*), Aaron Benanav, assentado em ampla análise de dados e evidências empíricas, questiona a evolução tecnológica como fator dominante nas flutuações do emprego e da produtividade do trabalho. Indicando que se confunde muitas vezes a baixa demanda estrutural por força de trabalho que caracteriza o sistema com uma suposta autonomia da tecnologia, que ensejaria a substituição de homens por máquinas ou dispositivos digitais, Benanav, segundo o resenhista, entende que tais transformações estão mais relacionadas à reorganização da força de trabalho do que à eliminação da demanda por trabalho vivo.

O trabalho vivo como elemento do processo de produção e sua transformação em mercadoria pontificam, como se sabe, no centro da análise, feita por Marx, do modo de produção capitalista. A despeito de tema da maturidade do autor, em fase, portanto, já posterior a seu rompimento com o grupo dos novos hegelianos, a questão já está presente em trabalhos anteriores, como os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (MEF). Escritos em 1844, mas publicados pela primeira vez apenas em 1932, os MEF desencadearam enorme discussão dentro do marxismo a respeito de sua relação com o materialismo aberto, que vai marcar a obra madura do autor. O cotejo entre a análise do capital que Marx esboça em sua obra magna e as observações de caráter filosófico que caracterizam os MEF serviu de argumento para leituras como a do filósofo francês Louis Althusser, para quem haveria uma ruptura radical entre o primeiro e o segundo Marx, dado estarem os referidos manuscritos assentados no “conceito ideológico” de *alienação*. O último artigo, de autoria de Ciro de Oliveira, se debruça sobre a questão da tradução dos termos *Entfremdung* e *Entäußerung* que comparecem amiúde nos MEF. Para

o autor, as traduções de *Entfremdung* por “alienação” ou “estranhamento” e de *Entäußerung* por igualmente “alienação” ou “exteriorização” deixam de perceber o uso ambivalente, além de irônico, desses termos por Marx, impedindo a compreensão correta de seu significado. Isto posto, de acordo com Ciro de Oliveira, trabalho alienado significa, nos MEF, apenas e tão somente *trabalho vendido*, ou seja, Marx não teria criado nenhum conceito novo; teria apenas assinalado como o “trabalho comerciado” (na tradução dele) se configura na realidade. Por conseguinte, não haveria um conceito de alienação nos MEF, e sim, mediante o uso irônico da ambivalência das palavras *Entfremdung* e *Entäußerung*, uma análise crítica, em âmbito filosófico, do fenômeno da venda de força de trabalho. Ora, confirmada tal interpretação, leituras que afirmam a existência de um Marx jovem e filósofo, contraposto a outro, maduro, economista e materialista, podem ser fortemente questionadas.

Esperamos que o conjunto de artigos ora apresentado faculte uma visão mais lúcida, seja da realidade corrente, com seu enorme contingente de incerteza e perplexidade, seja de textos clássicos, como os MEF de Marx. A permanência da reprodução material da sociedade sob a batuta do capital, seja no centro, seja na periferia, constitui claro indício de que uma boa compreensão dos reveses que nos atingem não pode escapar da economia política crítica. Boa leitura!

Comitê Editorial